



DOI: 10.12957/transversos.2024.82270

**MEMÓRIAS DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS EM TERESINA, PIAUÍ,
BRASIL, DOS SÉCULOS XX E XXI: OS PRIMEIROS PASSOS.**

**MEMORIES OF THE BLACK WOMEN'S MOVEMENT IN TERESINA,
PIAUÍ, BRAZIL, IN THE 20TH AND 21ST CENTURIES: THE FIRST STEPS.**

Juliana Alves de Sousa

Universidade Federal da Integração Latino Americana

juhistorias@yahoo.com

Iranide Soares Silva

Universidade Estadual do Piauí

iranegra@gmail.com

Resumo:

Este artigo tem por objetivo analisar as trajetórias e experiências políticas, sociais e culturais de mulheres negras, no período compreendido entre os anos de 1980 a 2000, na cidade de Teresina-PI. Partimos do pressuposto que essas trajetórias estão marcadas por uma dinâmica que remete à sua condição diaspórica expressa nos diferentes sentimentos de resistência, luta e pertencimento étnico-racial, alicerçados na ancestralidade e na sabedoria africana que são reinterpretados e reinventados cotidianamente no ambiente de diáspora. Como metodologia utilizamo-nos da história oral a partir de entrevistas semiestruturadas entrelaçando as experiências do vivido com a militância, e o fortalecimento das questões raciais dessas mulheres negras em território teresinense. Como resultado, apontamos que as mulheres negras de Teresina, inseridas nos mais diversos grupos, se fortalecem nos movimentos mistos, todavia, somente no Ayabás que elas protagonizam e encontram eco para suas agendas específicas.

Palavras-Chave: Mulheres negras; Intelectuais negras; Ayabás; Movimento de mulheres negras em Teresina-PI

Abstract

This article aims to analyze the political, social and cultural trajectories and experiences of black women, in the period between 1980 and 2000, in the city of Teresina-PI. We assume that these trajectories are marked by a dynamic that refers to their diasporic condition expressed in different feelings of resistance, struggle and ethnic-racial belonging, based on African ancestry and wisdom that are reinterpreted and reinvented daily in the diaspora environment. As a methodology, we used oral history based on semi-structured interviews, intertwining the experiences of activism, and the strengthening of racial issues of these black women in Teresina. As a result, we point out that black women from Teresina, included in the most diverse groups, are strengthened in mixed movements, however, it is only in Ayabás that they lead and find echo for their specific agendas.

Keywords: Black women; Black intellectuals; Ayabas; Black women's movement in Teresina-PI.

[...]em 89 para 90, eu conheço o grupo Coisa de Nêgo, que também era um grupo liderado por mulheres negras, era Sônia Terra, Lúcia Araújo, Francisca Trindade, as três mulheres que lideravam esse grupo, junto com outras mulheres, mas eram elas as pessoas de frente, tinha poucos homens que estavam lá, né? A não ser os que estavam na percussão, mas, na sua maioria, 70% eram mulheres. Então, fazer o percurso das mulheres negras dentro desse momento, mas não como uma questão institucionalizada, dizendo “aqui é um movimento de mulheres negras”, mas éramos nós que estávamos na frente, éramos nós que estávamos nas entrevistas [...].

Halda Regina (2020).

Introdução

A entrevista concedida por Haldaci Regina, conhecida carinhosamente no seio do movimento negro e na sociedade piauiense como Halda, no trecho em epígrafe, aponta questões cuja investigação constitui o objetivo central deste capítulo, que é a constituição do movimento de mulheres negras em Teresina no período de sua formação, observando suas atuações nos campos políticos, sociais e culturais. Para Cardoso (2012), as organizações desenvolvidas por mulheres negras constituem estratégias de resistência para confrontar as desigualdades vigentes na sociedade, pois conquistaram espaços para uma autodefinição do grupo, do empoderamento e do protagonismo coletivo.

Há um consenso entre os pesquisadores e as pesquisadoras Carneiro (2005), Gonzalez (1985) e Silva (2014) de que a organização exclusiva para mulheres negras teria ocorrido pela exclusão – ou pela não inserção – de pautas específicas que contemplassem suas vidas, como o movimento feminista e o próprio movimento negro. Desta forma, essas mulheres continuaram a fazer parte dos grupos mistos até quando perceberam que o melhor formato para intensificar e fortalecer a mobilização para enfrentar as desigualdades, principalmente de raça e gênero, seria por meio da organização de grupos próprios (CARDOSO, 2012).

Não se pode deixar de pontuar a conjuntura em que se desenhou a organização de mulheres negras no Brasil como um todo. A partir do final da década de 1970, de 1980 em diante, observa-se a emergência dos movimentos sociais nas lutas por um país mais democrático e justo para todos os setores da sociedade, com uma marca maior de liberalização e de alargamento das possibilidades de manifestação (CARDOSO, 2012). Nesse contexto, muitas organizações atreladas à Igreja Católica, dentre elas, os Agentes de Pastoral Negros (APNs), a Juventude Operária Católica (JOC), a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), tornaram-se os locais onde muitas mulheres negras deram início a sua militância, especificamente na cidade de Teresina. A Campanha da Fraternidade de 1988 foi de extrema importância para fomentar mais ainda as discussões sobre as condições em que vivia a população negra. Nesse contexto de ebulição dos movimentos sociais – principalmente do Movimento Negro Contra a Discriminação

Racial (MNCDR), que posteriormente será o Movimento Negro Contemporâneo (MNU), atrelado às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) —, muitas mulheres negras, não só na cidade de Teresina, iniciaram uma militância mais ativa na sociedade, partindo de formações e discussões fomentadas pela própria Igreja Católica.

1. Ouve-se o clamor do povo negro?

Para compreendermos como uma reforma dentro das hierarquias da Igreja Católica influenciou a formação de grupos mistos que discutiam questões relacionadas à população negra, ligados à Igreja ou não, refletiu-se futuramente em organizações e em grupos específicos de mulheres negras, faz-se necessária uma pequena e relevante contextualização desses movimentos. Deve-se começar pela própria mudança interna na Igreja Católica, ao buscar uma maior aproximação com as camadas populares, observando também o contexto de Ditadura Militar que o país vivenciava naquela época.

Na década de 1960, tanto em uma conjuntura internacional como nacional,¹ os setores da Igreja passaram a querer uma maior aproximação com as classes menos favorecidas da sociedade. Essa aproximação é fruto das discussões realizadas pelo Concílio Vaticano II, entre os anos de 1962 e 1965, evento que, segundo Passos; Giorgi; Baptista (2000x, p. 600), assinalou, dentre tantas coisas, um conjunto de transformações não só na hierarquia, mas principalmente na base, nos membros da cristandade, buscando um processo de redefinição do lugar social da Igreja Católica na América Latina. Toda essa discussão partiu da visão de Leonardo Boff de que “o continente americano foi o que mais levou a sério o Vaticano II, promovendo transformações, e foi onde se projetou a Igreja como um desafio para a Igreja Universal, de ter uma consciência mais humanitária, principalmente, em relação aos pobres (BOFF, 2012, p.4).

Partindo da experiência socialista em Cuba, o Papa João XXIII, o grande protagonista do Concílio Vaticano II, elaborou uma encíclica² que orientava a Igreja a se voltar mais para as questões políticas, culturais e sociais, independentemente do regime político vigente, distanciando-se de uma interpretação teológica na qual as atuações e posições da Igreja seriam definidas pela tradição transmitida pela força da autoridade. Após o Concílio, a capacidade do sujeito, sem a separação do religioso, passou a ser mais valorizada, ao tempo em que houve uma

¹ A Guerra Fria, a bipolarização entre capitalismo e socialismo e as diversas ditaduras instaladas pela América Latina, incluindo o Brasil.

² É um documento pontifício expresso por meio de uma carta, endereçada especificadamente aos Patriarcas, Arcebispos, Bispos, Presbíteros e aos fiéis da Igreja.

maior inserção e um maior interesse da Igreja pelo mundo desses sujeitos e pela observação de suas experiências (PASSOS; GIORGI; BAPTISTA, 2000, p. 601).

Além disso, as transformações econômicas, políticas e, principalmente, sociais por que passava a sociedade brasileira em tempos de ditadura tiveram ressonância na Igreja, a ponto de se iniciar, no seu âmago, um movimento voltado para refletir sobre a questão da população negra tanto dentro como fora da instituição – pelo menos em uma boa parte dela. Fazendo análises históricas sobre a Igreja Católica, Valente (1994, p.78) observa que, embora ela tenha apoiado o golpe militar, quando a repressão se intensificou contra diversos grupos e indivíduos que resistiam à ditadura, incluindo alguns de seus próprios membros, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tendia para uma linha progressista do clero no Brasil, passou a assumir o papel de defensora dos direitos humanos. Como fruto desse contexto, por volta de 1978, organizou-se, dentro da Igreja, a Pastoral Afro-Brasileira (PAB), com o compromisso de explicitar a discriminação racial contra os afro-brasileiros, partindo das manifestações de bispos, padres e muitos leigos e leigas que eram a favor da causa negra, indígena e dos sem-teto, sendo uma pastoral marcada pela mobilização e participação de base popular.

Uma vez criada essa pastoral, de acordo com Passos; Giorgi; Baptista (2000, p. 603), havia alguns posicionamentos distintos dentro do grupo que pairavam sobre a antiga postura da Igreja quanto aos negros, em virtude do seu passado apoiador da escravidão, questionando a legitimidade ou não da própria pastoral. Outro ponto de discordância seria a nomenclatura, o que levou à formação de dois grupos dentro da PAB. Um deles, contrário à Igreja, entendia que ela não teria respaldo nenhum nessas questões e que o nome deveria ser mudado para Grupo de União e Consciência Negra. O outro grupo defendia que a PAB continuasse atuando em conjunto com a Igreja. Em 1981, o primeiro grupo (União e Consciência Negra), de certa forma, conseguiu que suas ideias prevalecessem, entretanto, em 1983, o grupo da PAB se rearticulou, passando a se chamar Agente de Pastoral Negros (APNs).

Foi nessa conjuntura que muitos negros, principalmente mulheres negras, iniciaram a sua militância perpassando por todas as áreas pessoais e políticas. A princípio, essa militância era voltada para as questões raciais do grupo misto em geral (mulheres e homens. Desta forma, com a reformulação da então antiga PAB para os APNs, estes se tornaram uma das possibilidades de inserção e luta pela causa do negro no sentido mais coletivo, como foi o caso de uma de nossas depoentes:

Na realidade, eu entrei no Movimento Negro em 1988, [quando] a igreja [lançou] a sua campanha “Ouve o clamor do povo negro”, Campanha da Fraternidade. Então, com essa Campanha da Fraternidade, nacionalmente, muitos grupos surgiram, e surgiu dentro da Igreja uma Pastoral, chamada Agente de Pastoral Negro, que eram os APNs. O Agente de Pastoral Negro tinha uma composição de pessoas que eram só católicas, vamos dizer assim, tinha pessoas que eram freis, freiras, essas coisas todas. Nosso grupo era composto por essas pessoas, uns eram só militantes... Na realidade, a gente tinha um grupo formado por maioria de mulheres negras. Então, desde que eu entrei no movimento que nós sempre fomos a maioria, e que a gente discutia todas as questões e fazia as discussões de movimento misto (REGINA, 2022).

Fica evidente, na fala de Halda Regina, a importância da organização dos APNs, que já se articulavam em todo o território nacional, um grupo formado não só por membros da Igreja como também por pessoas leigas, como eles costumavam chamar. Um ponto interessante é que havia pessoas que eram somente militantes, não estavam necessariamente ligadas aos ideais religiosos. Além disso, o grupo era formado, em sua maioria, por mulheres negras que, segundo a entrevistada, estavam sempre à frente do movimento, mesmo que ele ainda fosse misto. Essa é uma característica marcante da organização do movimento de mulheres negras na cidade de Teresina. Para Rocha (1998, p. 42), pelo modelo de organização que foi constituído e pela motivação dos participantes pela causa negra, os APNs acabaram por se tornar a maior entidade negra do país na década de 80, atingindo seu auge em 1988, com a Campanha da Fraternidade sobre o negro. Assim, os APNs estavam sobre o tripé: fé, política e cultura, voltando-se para os pobres, o que, nesse caso, não era entendido no sentido literal e econômico (embora fosse o caso da grande maioria), mas, para além disso, significava e designava os excluídos, oprimidos e explorados. Esse autor define as pessoas que participavam dos APNs como:

Pessoas engajadas que exercem atividades voltadas para a comunidade negra, que se unem a todas as instituições e movimentos negros que lutam pela mesma causa, cujo trabalho oferece acolhida a todos aqueles que se identificam com a luta contra toda forma de racismo, superando as diferenças de cor e de religião e que, enquanto organização, não estão vinculados a nenhuma política partidária (ROCHA, 1988, p. 80).

É, então, a partir dessa acolhida que muitas lideranças negras, tanto homens como, principalmente, mulheres negras, vão começar a se destacar dentro desses movimentos de base da Igreja Católica, como foi ressaltado por Halda, essas mulheres estiveram sempre à frente. Ademais, no tocante à superação de diferenças entre as religiões, outra questão era o anseio dos participantes negros de trazer a cultura negra para dentro da Igreja:

Quando eu participei da Pastoral Negra, como ela era nacional, a gente fazia discussão aqui em Teresina com algumas pessoas ligadas à Igreja, porque, naquele momento, o objetivo da Pastoral era trazer a cultura negra para dentro da Igreja. Então, a gente organizava as celebrações, porque não era uma pastoral assim de revolucionar, com a

fala e outras questões, era mais aquela concepção de mudar o rosto da Igreja, de trazer o povo negro na Igreja. Então a gente cantava, tocava tambor, usava as roupas diferentes para trazer uma concepção de igualdade entre culturas dentro da Igreja. A gente ia em outras igrejas em Teresina, mas poucas vezes saía de Teresina (REGINA, 2022).

Uma das estratégias usadas tanto pelo próprio Movimento Negro em si, quanto pelas pessoas negras que faziam parte dos APNs, foi utilizar elementos culturais característicos da cultura negra, como o tambor, as roupas coloridas, os turbantes, os cabelos “black” ou trançados etc., como meio de contar a história da população negra, e valorizar sua identidade e, por conseguinte, sua estética. Desta forma, em concordância com Nilma Lino Gomes (2017), o Movimento Negro é educador, assim como nossos corpos também são, já que nos ensinam através de inúmeras formas, como através de nossas manifestações culturais. Outra questão de extrema relevância é que era possível inserir, dentro da Igreja, debates sobre as religiões de matriz africana, que sempre foram discriminadas pela sociedade brasileira. Portanto, o corpo negro não se separa do sujeito, uma vez que corpos históricos ancestrais falam a respeito de processos de violência, erotismo e exotismo, ancorados em práticas racistas. Falam também sobre corpos como locais sagrados, divinos, instrumentos de resistência e de saberes que ressaltam uma identidade coletiva, por mais que, muitas vezes, ela se anuncie de forma individual.

Como um dos objetivos dos APNs era a denúncia e o combate ao racismo, uma das estratégias adotadas para a valorização da história do povo negro no Brasil foi ter promovido cursos de formação nos quais se pudesse conhecer bem mais a fundo a história negra. Ultrapassando o viés meramente econômico da escravidão, tratava-se a temática racial com a presença de lideranças religiosas e leigos, em diálogos e capacitações do próprio negro para se apropriarem das ideias do colonizador sobre sua história:

Havia uns encontros formativos para a gente entender o que é ser negro, qual a identidade negra, a nossa representatividade, a história do povo negro, a história da época que a gente falava muito mais em Zumbi... A história de Zumbi dos Palmares resgatava muito pouco dos escravos, né? Mas era voltada para Zumbi. Era mais como um processo de formação nosso, para fazer a abordagem da Igreja e trazer esse aspecto de mudança, para mudar um pouco os rituais litúrgicos e trazer também uma nova linguagem no evangelho, falar do evangelho. E não falar em separar o joio do trigo, porque quem geralmente era o joio era a população negra, né? Então, a gente fazia essas abordagens a partir do evangelho. Na Pastoral da Juventude, que eu participei, a gente ficava mais centralizada mesmo em participar dessas formações interiores, que eu lembro que era muito boas, porque era uma época em que se falava da Teologia da Libertação (REGINA, 2022).

Essa ação dos APNs foi importante, na medida em que colaborou para um estudo voltado para uma história de resistência e luta, a identidade negra, o que é ser negro, reforçando

a luta em prol das questões raciais. Para Rocha (1988), esses cursos formativos foram um chão fértil para a fomentação da consciência e identidade do povo negro, funcionando como verdadeiras escolas para a cidadania, onde muitos grupos se organizaram com o objetivo de transformar a sociedade. Para além disso, evidencia-se, na fala de Regina, que não se deixava de lado a questão da religiosidade, que era abordada também para o entendimento da questão do negro no Brasil, como o exemplo da separação do joio e do trigo e, principalmente, a Teologia da Libertação.

Sobre a Teologia da Libertação, é importante ressaltar que aquele era um contexto no qual a Igreja Católica procurava romper os moldes tradicionais que faziam com que as pessoas mais humildes passassem despercebidas. Com essa Teologia, surge um olhar voltado para aqueles que mais precisam se libertar da opressão, da pobreza, buscando uma mudança de sua condição social, política e cultural, não só no Brasil, mas na América Latina como um todo. Leonardo Boff, teólogo brasileiro, é um dos principais expoentes dessa teologia. Para ele, era preciso tomar a atitude de ouvir o outro:

Devemos assumir a perspectiva das vítimas, em primeiro lugar, por uma questão de justiça. Os ameríndios e afro-americanos nunca puderam ser ouvidos. A cultura europeia bem como as Igrejas missionárias andaram por um caminho de mão única durante cinco séculos. Agora é a hora e a vez de ouvir o reverso da conquista. Dar a vez ao discurso dos que viviam neste continente já há séculos e que estavam na praia espreitando os seres estranhos das caravelas. Em segundo lugar, porque se trata de uma questão ética. A chegada dos europeus significou violência. O desenvolvimento autônomo das culturas aqui presentes foi interrompido abruptamente. De autônomas passaram a dependentes e subjugadas (BOFF, 1992, p. 59).

Com essa ideia fortemente compartilhada e difundida dentro da Igreja Católica, atrelou-se a fé à luta por melhoria de vida das pessoas menos favorecidas, como bem citou Boff, pobres, negros e indígenas. Foi a partir desse ideal que muitos jovens negros e negras começaram a fazer parte dos APNs, porque “vislumbravam mudanças sociais, políticas, mudanças de pensamento” (REGINA, 2022). Sônia Terra, mulher negra, foi uma dessas jovens que percebeu as desigualdades desde cedo, por sua própria experiência de vida. Filha de uma empregada doméstica e moradora de uma comunidade periférica, viu nesse espaço um possível local de transformação social, não somente para ela, mas para a comunidade em si. Sônia salienta que:

Ali eu despertei para a questão de classe, de saber de uma desigualdade. Evidentemente que a gente faz essa leitura hoje... Naquele momento, eu comecei a ver aquela realidade periférica, estranhando todas aquelas questões, e comecei a participação na Igreja Católica. Eu já frequentava a Igreja e comecei a participar de grupos de jovens, a ser catequista, isso naturalmente me introduziu no grupo de adolescentes, grupo mesmo de jovens. Foi aí que começou o despertar mais acentuado para uma questão de classe, para as desigualdades, para a questão de que havia mundos distintos, era uma realidade

muito dolorida, de muita necessidade, e foi muito difícil... Eu fui feliz, porque eu venho de uma geração que a gente, a partir dessa atuação na Igreja Católica, viveu a Teologia da Libertação, do Leonardo Boff, e isso nos induzia à questão de fé e política. A fé sem obras é morta e isso nos impulsionava a ter uma atuação cristã. Começou daí a minha participação na vida da comunidade, eu já me inseria nas lutas reivindicatórias (TERRA, 2022).

Rocha (1988) aponta que organizações como os APNs, que tinham um caráter religioso, são caracterizadas como aquelas cuja fé funcionava como um elemento motivador das lutas sociais de caráter étnico-racial, assinalando o setor eclesial como uma alavanca de sustentação dessas organizações. Para Regina (2022), “isso para mim foi uma escola muito importante na minha vida. Ela me transformou numa mulher negra mais consciente, uma pessoa com maior militância”. Ainda no tocante aos cursos de formação, uma vez que mulheres negras eram a maioria, quando perguntada se havia alguma abordagem específica sobre mulheres negras, Halda respondeu que:

Não, não se falava na condição da mulher negra, a gente falava em igualdade entre homens e mulheres, igualdade entre pessoas, né?, falava muito da questão da igualdade, mas não ficava direcionado à mulher negra... Falava sim de racismo. Nós, que éramos negros, falávamos de nós mesmos, de nossas experiências, nossas vidas, nós éramos quem pautávamos. Nos APNs era assim, a gente estudava Tereza de Benguela, via alguns conteúdos, estudava questões de racismo no Brasil, porque se identificar como negro era uma coisinha básica. Era voltado para a questão racial mesmo, não voltado especificadamente para a mulher (REGINA, 2022).

Apesar de não abordarem em específico a situação da mulher no Brasil, como vinha sendo exposto e debatido por outras mulheres negras em cenário nacional com Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, dentre outras, foi dentro desses centros de formação que muitas jovens mulheres perceberam-se como negras: “Isso me transformou numa mulher negra mais consciente, uma pessoa com maior militância” (REGINA, 2022). Para além dos APNs, outras pastorais foram criadas com o intuito de atuar na diminuição das mazelas e da vulnerabilidade social, dada a ausência do Estado naquele contexto de ditadura militar, em serviços como alimentação, saúde, discriminação e moradia. Foram então criados: Pastoral Operária (PO); Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM); Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP); Pastoral dos Nômades (PN); Pastoral Carcerária (PC); Pastoral da Saúde (PS); Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM); Pastoral do Povo da Rua (PPR); Pastoral Afro-Brasileira (PAB); Pastoral da Pessoa Idosa (PPI); Pastoral da AIDS; Pastoral da Juventude Operária (JOC); Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP).

Embora algumas delas partilhassem do mesmo objetivo em comum, que era a luta pela

diminuição das desigualdades sociais, cada pastoral tinha uma atuação específica, como se evidenciou acima. Na cidade de Teresina, tanto a JOC quanto a PJMP tiveram uma forte atuação. É a partir delas, por exemplo, que vão sair lideranças, mulheres negras, como Sônia Terra e Francisca Trindade. Para Sônia:

Costumo dizer que foi uma das minhas melhores escolhas de vida, foi a Juventude Operária Católica, movimento de jovens trabalhadores e trabalhadoras internacional. O método criado pelo fundador da JOC, o método que era bastante utilizado, e ainda hoje é, é o método ver, ajudar e agir, e a partir de ver e julgar essa realidade que a gente via, de analisar as causas, a gente atuava como cidadãs e cidadãos e nos inseríamos nas lutas onde quer que estivessemos, desde bairro, escola, trabalho... Então eu comecei na JOC a participar e estar mais atuante (TERRA, 2022).

Quanto à questão de se perceber enquanto mulher negra dentro dessa pastoral voltada mais para as questões de classe, porque, ao contrário de Halda Regina, que já se insere no APNs, cuja discussão de raça e racismo se fazia mais frequente, Sônia comenta que esse processo se dá muito depois de sua entrada na JOC. Mas ela reconhece que sua entrada ali foi de extrema importância para se reconhecer como uma mulher negra e todas as especificidades dessa condição. Portanto:

O despertar da questão racial foi um processo que se deu muito depois, e mais depois ainda vai se dar esse reconhecer-se mulher negra nas especificidades. O fato é que a partir dessa participação, a gente vai compreendendo que, nessa divisão de classes, a gente tem também realidades específicas enquanto mulheres e quando a gente se coloca como mulheres, vai vendo que tem uma realidade muito mais específica, como mulheres negras, como pessoas negras. Aí vem o nosso olhar para essas diferenças que, mesmo nesse contexto da luta de classes, na organização dos movimento sociais, você percebe nitidamente que há diferenças entre ser branca e entre ser negra, entre ser homem e entre ser mulher... Nessas diferenças vem o despertar. E como diz aí nossa Lélia Gonzalez, como diz Nilsa Borges: é tornar-se negra, é esse processo (TERRA, 2022).

Por ser uma pastoral voltada para as relações de trabalho, para a classe trabalhadora, essa pastoral se ramificou em diversos bairros da cidade de Teresina tidos como periféricos, como Pio XII, Lourival Parente, Monte Castelo, Primavera, Buenos Aires, Redenção e, principalmente, no Parque Piauí, que abrigou um celeiro de organizações sociais. “O Parque Piauí é um celeiro da história política, social e cultural da nossa cidade e do Estado, porque eu acho que dali surgiram grandes lideranças desse movimento que se concentrava lá” (TERRA, 2022). Atrelada a essa pastoral, a PJMP também teve uma grande atuação dentro da prática das pastorais sociais. Sua metodologia procura propor que os jovens assumam a consciência de sua classe, de uma visão iluminada pela leitura popular da Bíblia, procurando tornar os jovens multiplicadores da utopia do Reino, buscando uma sociedade alternativa, num projeto de vida de respeito ao ser humano.

Tudo isso mais voltado para discussões de classe, sem levar em conta a questão racial:

A gente era muito aquela coisa mesmo, porque a gente vivia um momento pós, mas ainda ditadura... Resquícios da ditadura... Então era muito marcante essa questão da luta de classe. E foi a essa luta de classe que a gente foi se atendo. E isso já começou a acontecer desde Salvador, com o MNU, que começa a discutir isso e vai chegando para a gente também e a gente começa a se olhar, a identificar por que os problemas sempre nos cercaram, nos atravessaram, tanto que reconhecer foi um processo a partir dessas questões externas que começam a chegar também de outros movimentos. E aí a gente começa a discutir o entorno dessas questões raciais. A princípio, raciais de uma forma geral, homens e mulheres sem dividir em gênero. A questão de gênero, só vai se dar bem mais à frente (TERRA, 2022).

Percebemos que, apesar de muitas jovens mulheres negras terem começado sua militância nos movimentos de base da Igreja Católica, como as pastorais, as discussões sobre raça surgem em momentos diferentes para muitas delas, mesmo estando nas pastorais engajadas no tema. Algo que não se pode negar é a forte influência externa que tiveram de outras pastorais e outros movimentos, inclusive o Movimento Negro, o que levou a uma maior articulação da própria organização do movimento de mulheres negras. Levando em consideração a conjuntura política da época, alguns setores da Igreja, depois de sua reorientação para o campo progressista, passaram a ser vigiados pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão de repressão do governo. Para Jesus (2021, p. 8), a obsessão com o comunismo e o avanço dos ideais de esquerda no país deixavam os militares preocupados com a unidade nacional, levando-os a negar o racismo vigente nas relações sociais e reafirmar uma crença de que o Brasil vivia uma democracia racial.

Em 1988, estava sendo implementada uma nova constituição (a Constituição Cidadã, como ficou conhecida), em um período marcado pela redemocratização. Nesse ano, a Igreja Católica realizou uma Caminhada da Fraternidade cujo título foi “A fraternidade e o negro”, com o lema “Ouvi o clamor deste povo”. A Caminhada fazia alusão também ao centenário da abolição da escravidão no país, com o intuito de fomentar discussões sobre a situação lastimável que vivia a população negra. Segundo Jesus (2021), foi um ano em que várias estratégias de luta foram traçadas por todo o movimento negro para denunciar o racismo em meio às comemorações oficiais.

Ademais, uma análise do texto-base da Campanha da Fraternidade de 1988 evidencia o reconhecimento do povo negro como injustiçado. Para Passos; Giorgi; Baptista (2000), nota-se a necessidade de demonstrar ao interlocutor, sobretudo por meio da simbologia imagética, que o povo negro teria sido injustamente penalizado, recorrendo a um apelo emblemático da Igreja, a fim de sensibilizar a sociedade brasileira. Mediante essa explanação, o Movimento Negro

reconhece a importância direta e indireta da Igreja Católica, à época, mediante o fomento de discussões sobre a realidade da população negra, o que levou a um maior fortalecimento dela.

Esses são alguns registros do percurso de mulheres negras – especificamente duas delas, Halda Regina e Sônia Terra, além de Francisca Trindade e Lúcia Araújo, entre outras – que, a partir de lugares diferentes, inseriram-se no Movimento Negro em Teresina, no qual elas eram a maioria, segundo afirmam. Faz-se importante reafirmar que, por diversos caminhos, as mulheres negras adentraram primeiro no movimento misto em Teresina, e só depois se organizaram em grupos específicos de mulheres negras. Portanto, como relata Sônia Terra, foi desses movimentos ligados à Igreja Católica, como APN, JOC, PJMP, que surgiram muitas lideranças negras:

A maioria aqui sim... Inclusive foi muito forte aqui o nascimento dos APNs, porque eles tiveram uma Campanha da Fraternidade dos 100 anos da Abolição, que a Igreja Católica trouxe um tema que levantava essas questões do povo negro. E aí isso desencadeou na própria formação dos agentes de pastoral negros, que começaram a discutir mais fortemente essa questão negra, essa questão racial. Mas eu não diria que isso é 100%, porque, eu também não domino 100% para dizer que outros grupos não pudessem ter surgido, que não fosse a partir daí. Agora eu desconheço. Então, assim, dentro do nosso contexto de pessoas que estão mais nessa militância, com mais visibilidade, esse surgimento nosso foi dessa forma (TERRA, 2022).

2. Mulheres negras em movimento

Para esta pesquisa foram escolhidas mulheres negras que, de certa forma, tiveram uma maior visibilidade nos campos sociais, políticos e culturais, e cuja inserção no Movimento Negro se deu por meio das CEBs. Para além disso, conforme a própria Sônia Terra, algumas mulheres negras de sua geração começaram sua militância a partir daí, embora outras mulheres possam ter se inserido em outros movimentos ligados à causa negra ou não. Para Monteiro (2008, p. 38), no Piauí, os movimentos negros são oriundos das associações de bairro, sindicatos, organizações partidárias e grupos da juventude da Igreja Católica. Ademais, áreas como a educação e cultura foram espaços de sociabilidade importantes para o início da militância, principalmente para mulheres.

Além dos grupos ligados à Igreja Católica, na Universidade Federal do Piauí já se cogitava a criação de um grupo de pesquisa voltado para a população negra, o que levou também à inserção de homens e mulheres negras no movimento, como Dailme Tavares:

[...] na universidade, foi esse novo universo, né? E eu conheci o Ruimar Batista, e aí ele já chamou a gente, ele foi chamando vários universitários negros para formar um grupo de universitários. Foram várias reuniões [...] e nós formamos esse grupo, [...] para a gente participar desse evento, que foi o primeiro Seminário Nacional dos Universitários Negros, organizado pelo pessoal de Salvador (TAVARES, 2022).

A inserção de Dailme Tavares, como já afirmado, deu-se por meio da formação de um grupo de estudos voltado para a situação dos afrodescendentes, a partir da realização de um Seminário Nacional de Universitários Negros, realizado na cidade de Salvador. Inserida no mundo das pesquisas ligadas à causa negra, Dailme, por ser uma mulher negra, moradora de um bairro periférico da cidade, e por gostar do estilo musical reggae, resolveu fazer uma pesquisa sobre esse tema, que era marginalizado:

Como eu nasci e cresci no bairro ilhotas, lá no cantinho ali da rua, tinha o bar do Olavo, e lá no Olavo rodava muito reggae, eu sempre gostei muito de reggae, e eu já sentia o preconceito... Tinha gente que dizia: “começou a sair essa música aí, daqui a pouco você começa a sentir o cheiro da maconha”. E aquilo me chamava atenção, todo mundo gostava de reggae. E aí eu pensei: vou fazer um projeto para estudar o reggae em Teresina. Aí eu procurei o professor Francis e falei para ele: “Professor, eu tenho um sonho, olha aqui o meu projeto”. “Vamos fazer!”. Eu organizei o projeto e coloquei para as bolsas do CNPq e o projeto foi aprovado. Na Universidade Federal, ninguém dizia nada na minha frente, porque, se dissesse, já sabia... O pessoal falava pelas costas, que era o fim do mundo o CNPq, esses professores, aprovarem um projeto para estudar o reggae, “essa música aí dos maconheiros”. Isso, gente, na Universidade Federal. “Esses nêgo fumador de maconha, esses nêgo lavador de carro, onde isso é ciência?” (TAVARES, 2022).

A pesquisa realizada por Dailme, para além de um interesse pessoal (o gosto pelo reggae), era uma forma de militância dentro da universidade, que era e ainda é mergulhada em pesquisas eurocêntricas, nas quais a história da população negra é vista apenas pelo viés econômico. Entretanto, como ela mesma afirma: “Essa coisa de que nêgo não tem história? A África não tem história? E aí nós fomos para a pesquisa”. Com o título “O reggae, a sua história e influência na sociedade teresinense”, sua pesquisa buscou fazer uma comparação entre o reggae das cidades de Teresina, São Luís e Salvador. Além de ser uma pesquisa ousada e inovadora dentro do campo das Ciências Humanas, durante a trajetória da pesquisa, Dailme sentiu que existiam relações de gênero distintas e relatou uma certa surpresa ao falar de sua pesquisa para os entrevistados, que eram predominantemente pertencentes ao universo masculino:

A primeira surpresa é que eu já ia para as festas de reggae, mas quando eu fui aos bailes de reggae em Teresina, que eu comecei a entrevistar, geralmente os homens, porque, basicamente, as festas de reggae estão nas mãos dos homens, tem esse lado da economia, os empresários, que eles chamam de magnatas em São Luís, os que são bem ricos, os que promovem as festas de reggae. Então, foi a primeira surpresa... Aí fui entrevistar também DJs que tinham programa de reggae. [...] A primeira surpresa foi essa: uma mulher estudando a música reggae, que é esse espaço que é bem masculino [...]. “Mas tem muita coragem!”, “Mas por quê?”, e ele só faltava dizer: “Menina, isso aqui é coisa de homem” (TAVARES, 2022).

O depoimento acima indica a complexidade organizativa do Movimento Negro enquanto grupo misto. Contudo, a partir da experiência individual, foi levantado um ponto

extremamente relevante, que são as relações de gênero dentro do próprio movimento, mesmo que os indivíduos tivessem algo em comum que os ligava, como a raça. Para Cardoso (2012, p. 201), a participação de mulheres negras nas mais diversas áreas, mas principalmente ligadas ao Movimento Negro, foi positiva, pois elas teriam introduzido o debate de gênero, contribuindo para a construção de relações menos hierarquizantes entre os militantes.

As relações de gênero dentro do espaço acadêmico podem ser mais violentas para mulheres negras que ocupam esse espaço, como está evidenciado no depoimento de Dailme, uma vez que aquele espaço não foi “construído” para elas. Apesar de toda essa dificuldade em pesquisar o reggae e suas implicações na sociedade teresinense, tema que foi marginalizado dentro da academia como não científico, Dailme quebrou paradigmas ao conquistar o primeiro lugar em uma premiação de desenvolvimento de pesquisas promovidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em nível local e o terceiro lugar em nível nacional.

Quando mulheres negras se destacam de alguma forma, automaticamente, o racismo que está disfarçado vem à tona. Nas universidades, no âmbito das pesquisas, quase sempre a mulher negra é descredibilizada, porque seu interesse de pesquisa geralmente é voltado para algo que as afeta direta ou indiretamente. Nesses espaços, que são violentos para as mulheres negras, Kilomba (2019, p. 51) afirma que é comum dizerem que os trabalhos são interessantes, porém não muito científicos. Ocupar esses espaços que por muitos séculos foram negados a elas causa “incômodos” naqueles que se acham donos da ciência e do poder:

Eu trouxe o cartaz mostrando que eu tinha ficado em terceiro lugar, né? E eu preguei no mural do CCHL. Dias depois já não tinha mais o trabalho, tinham arrancado. “Cadê o meu cartaz que eu botei aqui? Quem tirou?”. “Eu não vi não, quando eu vi a pessoa já tava amassando, foi uma moça branca, amassou e jogou lá no...”. Ah, eu não contei história, fui lá na diretoria do CCHL: “Olha esse racismo aqui, eu botei meu trabalho e os despeitados tiraram. Se tirarem de novo de lá eu vou botar de novo” (TAVARES, 2022).

Nota-se que o simples fato de um cartaz ter como destaque uma mulher negra pesquisadora, que ficou bem colocada em uma competição nacional promovida pelo CNPq, desvelou o racismo e tornou-o escancarado. A mensagem que a moça branca quis transmitir ao arrancar o cartaz foi que aquele espaço não era para uma negra, mesmo que implicitamente. Dailme estava sendo convidada a permanecer “em casa” ou em qualquer outro lugar que fosse de subserviência, que estivesse fora das estruturas universitárias. Dentro das discussões epistemológicas, temos nessa situação a questão entre o centro e a margem, que Kilomba (2019)

problematiza enquanto mulher negra intelectual. A moça branca estaria no centro e falando a partir dele, logo seria legitimada. Assim, passa a Dailme, mulher negra, a mensagem de que permaneça às margens. Portanto, a realidade experienciada através do racismo demonstra que a sociedade branca sente que seu conforto está em risco, uma vez que negros passam a ocupar esses espaços e a denunciar tais práticas.

Ainda tratando de espaço universitário, há algo em comum entre muitas mulheres negras, inclusive as citadas nesta pesquisa, que é a entrada tardia na universidade por inúmeros motivos, mas principalmente porque tiveram que trabalhar para ajudar no sustento de casa, como relatam as entrevistadas:

Eu não entrei na universidade com 18 anos. Eu terminei o Ensino Médio com dezessete anos, mais ou menos, mas eu não entrei na universidade, porque é a realidade da mulher negra, né? Você tem que trabalhar, então eu comecei a trabalhar... Eu trabalhava de manhã, de tarde e de noite [...]. Eu comecei a dar aula em escolinha particular, alguma coisa assim, na minha casa, então não tinha como eu ir para universidade porque a minha meta era ter dinheiro para eu me sustentar, para também entrar no padrão de outras meninas que tinham roupa, que tinham desodorante, que tinham um absorvente, que tinham um perfume. Eu queria entrar nisso, então eu tinha que trabalhar. Universidade era uma coisa assim bem distante. Eu já entrei na universidade com 32 anos, eu entrei no nascimento da minha filha (REGINA, 2022).

O espaço da universidade se torna uma realidade distante para mulheres negras, pois têm que trabalhar para ter acesso a produtos de necessidade básica, como os de higiene pessoal citados por Halda Regina. Ademais, as estruturas sociais foram construídas para que elas sejam mantidas fora desses espaços, resignando-se apenas ao mundo do trabalho, como se esse fosse um lugar natural de mulheres negras. Sônia Terra também compartilha de uma situação parecida com a de Halda:

Eu, com 17 anos, terminei, na época, o segundo grau, hoje ensino médio, e eu só entrei na universidade aos 42. Então tem um distanciamento muito grande, e não porque eu não quisesse, mas porque eu não tinha esse acesso. Eu tive, com 18 anos, que começar a trabalhar pela minha sobrevivência, para ser arrimo de família, então eu não consegui entrar na universidade e demorei um tempo. Também tem outro aspecto que você vai encontrar em muitas de nós: à época, para nós, nossa militância era muito intensa, nós nos dedicávamos muito e a gente tinha uma resistência também à academia, porque, para a gente, a academia era algo inalcançável, era aquele lugar também em que a gente não se sentia acolhida, era como se fosse repressora. Houve momentos em que achávamos que a academia não era nosso espaço e que a militância era só o espaço da luta, porque aquele era um local branco, lugar que não respeitava as nossas identidades. Só muito tempo depois a gente foi desconstruindo esse discurso que a gente sabe que era um discurso pautado em colonialismo, nessa forma racista pautou esse sistema. Justamente, a intenção desse sistema repressor racista era de nos tirar, de nos afastar (TERRA, 2022).

A entrada tardia na universidade e a necessidade de trabalhar para ajudar a família são

pontos em comum entre as entrevistadas. No depoimento de Sônia Terra, além desses pontos, percebe-se também que a falta de acesso a esses espaços advém de uma conjuntura histórica de exclusão da população negra tanto no período da escravidão quanto no pós-abolição, quando essa população teria sido excluída do processo educacional por ações do próprio Estado brasileiro. Outro ponto importante em sua fala é quando ela ressalta que havia uma resistência por parte de algumas delas, como a própria Sônia, por perceber o espaço acadêmico como algo inalcançável. Para ela, o espaço de luta era “apenas” o Movimento, consequência de toda uma colonialidade arraigada nas universidades brasileiras.

Todavia, essa passagem pelo Movimento acabou se revelando uma enorme riqueza quando ela entrou na universidade, pois já possuía um entendimento melhor do que era ser uma mulher negra nesse espaço, de suas identidades, da história da população negra no Brasil de luta e de resistência, das histórias de outras mulheres negras que, por conseguinte, traziam esses debates para dentro da sala de aula. Ainda assim, o racismo continuava:

O que eu sofria mais dentro da universidade era o fato de ser militante do movimento negro. Então, se você era militante, as pessoas já olhavam com outro olhar, né? Tinham atitudes racistas... “Olha, só porque você é militante você quer dizer que é racismo!”. Elas queriam, de certa forma, afrontar, dizer que não havia racismo, mas havia muito racismo. Agora, assim, foi importante para mim estar na universidade sendo militante, conseguir militar dentro da universidade. Mesmo não criando coletivo lá, em todas as minhas discussões, eu fazia o recorte racial, tudo que eu ia falar, eu fazia o recorte racial (REGINA, 2022).

Na militância dessas mulheres negras na universidade, mesmo que aparentemente nada mudasse nas estruturas dominantes, somente pelo fato de estarem ali, de serem um corpo incômodo dentro desse espaço, suas ações foram de extrema importância na medida em que reivindicavam mudanças na educação, a partir da promoção de conversas, debates e redes de ajuda para outros universitários, principalmente negros. Além disso, fortaleceram os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI). Sobre o racismo na academia, Sônia comenta que:

É difícil você como mulher negra não viver o racismo no dia a dia, ele se dá de várias formas. É nos olhares, que são sutis e que não são... Qualquer mulher negra que não tenha sofrido racismo é porque ainda não acordou para a realidade, ou ainda está tentando se salvar da pior forma possível. Ele é dolorido, porque o racismo mata a gente de várias formas... Você sabe que, por mais que você esteja empoderada, é incômodo em alguns lugares, pois as pessoas estão sempre fazendo pensar que há lugar não é para você, que você tá ali, mas ali não é o seu lugar (TERRA, 2022).

Atualmente, através da política de cotas, as universidades brasileiras têm se enegrecido e já se percebe uma grande e rica diversidade não só de pessoas negras, mas de pessoas para quem o acesso à universidade sempre se manteve distante e dificultoso, como mulheres, indígenas,

pessoas com deficiência, pessoas trans, pessoas com renda mínima etc. A entrada dessas pessoas no meio acadêmico também tem levado a novas pesquisas, nas mais diversas áreas, voltadas para a sua história, como é o caso de pesquisas desenvolvidas por mulheres negras. De acordo com Guedes (2008), a partir da década de 1970, um contingente populacional feminino que havia concluído o Ensino Médio adentrou nas universidades por um processo característico da época, que foi a crescente progressão de carreiras que preparavam para o magistério secundário, particularmente nas áreas das Ciências Humanas. Entretanto, a análise que Guedes (2008) faz não contempla a questão racial. Dailme, que entrou na universidade nessa época, relata:

Eu lembro que, quando eu entrei na universidade, tinha a estatística: de cada 100 estudantes que entram nas universidades públicas, sejam elas estaduais ou federais, só três são negros. A estatística era essa, mas aumentou, não é? Mas o que eles podem fazer para que a gente não cresça é muito sério. E aí, depois, para a gente entrar no mercado de trabalho, é outra luta enorme (TAVARES, 2022).

Embora tenha havido um crescimento feminino na academia, dados do Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010), ao analisar a entrada no ensino superior de jovens entre 18 e 24 anos, entre as décadas de 1980 e 2000, mostraram que o aumento das taxas no caso de mulheres negras passou de 2,0% para 9,2%, o que é muito pouco em comparação à entrada de homens e mulheres brancas. Dailme ainda levanta outra questão, que é a inserção da mulher negra no mercado de trabalho, cuja porcentagem cai para 0,4% de mulheres negras que tenham doutorado no corpo docente das pós-graduações de todo o Brasil, segundo o Censo da Educação Superior de 2016³, o que demonstra também a solidão da mulher negra nesses espaços. Ainda sobre a questão do trabalho atrelado à educação:

A minha mãe fez de tudo para que a gente aprendesse a ler e a escrever e eu ouvia muito aquilo, a minha mãe dizer: “Olha, eu não quero minhas filhas trabalhando na cozinha dos brancos. Não quero, não quero, vocês têm que fazer todo o possível para vocês aprenderem a ler e escrever, a gente tem que aprender, tem que aprender a ler, eu não quero vocês trabalhando na cozinha dos brancos”. Eu me lembro demais disso que minha mãe falava. E a minha mãe dizia: “O melhor marido é o seu emprego”, então a minha mãe já tinha essas ideias, assim, feministas, né? De criar filhas para ter autonomia, ter liberdade (TAVARES, 2022).

É evidente, no excerto acima, a preocupação da mãe de Dailme (Dona Antônia) com a sua educação e inserção no mundo do trabalho, uma vez que não ela própria não conseguira adentrar nesse espaço, porque teve que trabalhar para ajudar no sustento de casa. Embora o pai

³ Ver em: FERREIRA, Lola. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. *Gelédés*, 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/menos-de-3-entre-docentes-da-pos-graduacao-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>>. Acessado em 26 set. 2022.

de Dailme ganhasse bem, era a sua mãe, uma mulher negra, que tomava conta de todos os assuntos relacionados à casa, incluindo as finanças, visto que “o meu pai era um homem da farra, né? Então o dinheiro do meu pai era para o cabaré, aquela coisa” (TAVARES, 2022).

Assim como evidenciado na fala das entrevistadas, para Cardoso (2012), no que diz respeito à educação, o investimento feito pela família em seus filhos, geralmente, era fruto dos esforços empreendidos pelas mães, mulheres negras que não puderam frequentar a escola, nem a universidade. Eram elas que impulsionavam as filhas para os estudos, para não continuarem nesse ciclo histórico que, muitas vezes, as leva para o mundo do trabalho doméstico.

Cada uma das depoentes, à sua maneira, ressaltou o papel que suas mães tiveram em suas trajetórias, considerando-as feministas mesmo quando o termo não era entendido. Mais uma vez, a ideia de um feminismo negro ancestral se faz importante, pois, além da questão conceitual que conhecemos hoje, as práticas dessas mulheres negras levaram outras mulheres negras a buscarem liberdade, melhores condições de vida, empoderamento etc. Apesar dos problemas financeiros que atingiam grande parte das famílias negras e das renúncias e privações pessoais que as depoentes rememoraram na trajetória de suas mães, elas destacaram ações de resistência que visavam romper com a humilhação e exploração fundada pelo sexismo e racismo (CARDOSO, 2012). Cabe salientar que as memórias que guardaram naturalmente sobre as trajetórias de suas mães as inspiraram a enfrentar todas as dificuldades enquanto mulheres negras em um mundo machista, sexista, racista e patriarcal.

3. Considerações finais

Como já evidenciado, o movimento de mulheres negras em Teresina organizou-se a partir da inserção de mulheres negras em diferentes espaços de luta, como os APNs, as universidades, os sindicatos, os bairros, dentre outros. Mesmo que, a princípio, fossem movimentos mistos, elas tomavam a frente e eram a maioria. Assim, elas foram fortalecendo o individual e o coletivo ao mesmo tempo. Ademais, após se envolverem de fato com a causa da população afro-brasileira, o fortalecimento da identidade negra passou a ser uma questão importante para o Movimento Negro no estado do Piauí e, conseqüentemente, em sua capital, Teresina, através de manifestações culturais, como o bloco de carnaval Coisa de Nêgo, que teve importante papel na afirmação da negritude. Para além da questão cultural e do divertimento, âmbitos em que o Coisa de Nêgo estava inserido inicialmente, como um bloco de rua, o Movimento assumiu e promoveu um compromisso com a reabilitação de todo um legado de luta

e resistência histórica, política e cultural do negro no Brasil, que se apresentou à sociedade teresinense como forma de luta contra o racismo, por meio do viés cultural. E as mulheres negras, mais uma vez, estão à frente desse processo.

Referências

BOFF, Leonardo. Igreja Católica. A recepção do Vaticano II na América Latina. 01 novembro 2012. Disponível em: <<http://www.swissinfo.ch>>. Acessado em: 28 set. 2022.

BOFF, Leonardo. América Latina: da conquista à nova evangelização. 3 ed. São Paulo: Ática, 1992.

CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras / Cláudia Pons Cardoso – Salvador, 2012. Orientadora: Profa. Dra. Cecília Maria Bacellar Sardenberg – Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra afrodiáspora, Rio de Janeiro: IPEAFRO, v.3, n.6/7, 1985, p. 94-104, abr./dez.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

GOMES, Nilma Lino. O movimento educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

JESUS, Marize Conceição. Os estreitos laços entre a Igreja Católica e o movimento negro em tempo de repressão e autoritarismo. In: ANPUH – Brasil - 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628787913_ARQUIVO_b3f8d0a00492b5d0f8f12c14e59ab4ac.pdf>. Acessado em 28 de set. 2022.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. – 1 ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MONTEIRO, Artemisa Odila Cande. O processo de construção da identidade negra em Teresina: o caso do grupo afro-cultural Coisa de Nêgo. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

PASSOS, P. S. dos; GIORGI, M. C.; BAPTISTA, R. P. A pastoral afro-brasileira e a campanha da fraternidade de 1988: uma análise discursiva das questões raciais no interior da igreja católica. Educere et educare, [s. L.], v. 10, n. 20, 2000. Doi: 10.17648/educare.v10i20.12600. Disponível em: <<https://erevista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/12600>>. Acessado em: 25 set. 2022.

ROCHA, José Geraldo da. Teologia e Negritude: um estudo sobre os agentes de Pastoral Negros. Santa Maria-RS: Gráfica Editora Palloti, 1998.

SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. Movimento das Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. O negro e a Igreja Católica. Mato Grosso do Sul, CECITEC/UFMS, 1994.

Entrevistas:

SILVA, Haldaci Regina da. Entrevista concedida [ago. 2022]. Entrevistadora: Juliana Alves de Sousa. Teresina-PI, 2022. 1 arquivo. mp3 (2h 40min).

TAVARES, Dailme. Entrevista concedida [set. 2022]. Entrevistadora: Juliana Alves de Sousa. Teresina-PI, 2022. 1 arquivo. mp3 (2h 12min).

TERRA, Sônia. Entrevista Concedida [ago. 2022]. Entrevistadora: Juliana Alves de Sousa. Teresina-PI, 2022. 1 arquivo. mp3 (2h 33min).

Sobre os autores:

Juliana Alves de Sousa: Mestre em História pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA. Especialização em Ensino de História afro-brasileira e indígena pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, Especialização em Direitos Humanos e Movimentos Sociais pela Universidade Estadual do Piauí- UESPI e Especialização em Ensino de História e do Mundo Contemporâneo pela Universidade Federal do Piauí-UFPI, Graduação em História -UESPI. Pesquisadora filiada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro -NEPA, e ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Memória da Escravidão e do Pós-abolição (SANKOFA).

Iraneide Soares Silva: Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU; Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará/UFC; Graduada em História pelo Uniceub/DF. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Piauí/UESPI e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura/UESPI. Coordenadora do SANKOFA - Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Memória da Escravidão e do Pós-Abolição da UESPI; Presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadorxs Negrxs/ABPN (2022-2024); Presidente da Comissão de Heteroidentificação das políticas de Ações Afirmativas da UESPI (2019-2021). Coordenadora Nacional do Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros/CONNEABS (2020-2022); Pesquisadora filiada a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)/ABPN; Editora da Revista da ABPN; Membro Titular da Comissão Nacional de Políticas de Educação em Direitos Humanos (MEC/SECADI - Portaria nº 1.933, de 20 de Outubro de 2023); Membro Titular da Comissão

Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Cadara), (MEC/SECADI - Portaria nº 1.355, de 14 de julho de 2023); Membro Titular do Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia (Comitê Pop)- (MCTI); filiada a Associação Nacional de História/ANPUH; membro do Coletivo de Historiadorxs Negrxs Brasileiros; membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afros/NEPA/UESPI; também, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Africanidades e Afrodescendências/IFARADÀ/UFPI; Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação/N'UMBUNTU/UFPA. Sócia Fundadora do Coletivo de Intelectuais Negrxs Brasileirxs/CDINN (2021); Sócia Fundadora do Ayabás - Instituto da Mulher Negra do Piauí (2009); Sócia Fundadora da Kilombo - Organização Negra do Rio Grande do Norte (1989); foi membro da comissão brasileira na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e outras formas de Discriminação em Durban, África do Sul (2001). Consultora da Unesco (2003 a 2004; e 2014-2014), do Unicef (2010-2010). Servidora Comissionada do Ministério da Educação (2004-2007). No campo do ensino e da pesquisa, tem atuado especialmente nos seguintes temas: educação para as relações étnico-raciais. Escravidão Negra e Urbana Séc. XIX; História e Imprensa; Cidades do Sec. XIX; São Luís do Maranhão do Séc. XIX - Educação Tecnológica; Raça; Identidades; formação de professores sobre a Lei 10639/03 e a Educação para as Relações Raciais; Políticas de Ações Afirmativas; Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Nos últimos tempos tenho pesquisado sobre histórias e trajetórias de mulheres negras afroatlânticas e cidades negras do Séc. XIX e, políticas de ações afirmativas.

Artigo recebido para publicação em: 24 de fevereiro de 2024.

Artigo aprovado para publicação em: 27 de maio de 2024.

Como citar:

SILVA, Iraneide Soares; SOUSA, Juliana Alves. Memórias do movimento de mulheres negras em Teresina, Piauí, Brasil, dos séculos XX e XXI: os primeiros passos. *Revista Transversos*. Dossiê: Intelectuais, movimento negro e antirracismo no século XX. Rio de Janeiro, nº. 30, 2024. pp. 158-177. Disponível em: <https://www.publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/82270>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2024.82270

